

JORNAL DO SENADO

ÓRGÃO DE DIVULGAÇÃO DAS ATIVIDADES DO SENADO FEDERAL

ANO VI - Nº 1.161 - BRASÍLIA, SEGUNDA-FEIRA, 18 DE SETEMBRO DE 2000

Pontes quer restringir incentivos para contratar mão-de-obra

PÁGINA 3



Proteger os trabalhadores, limitando o número de contratações incentivadas, é o objetivo do projeto

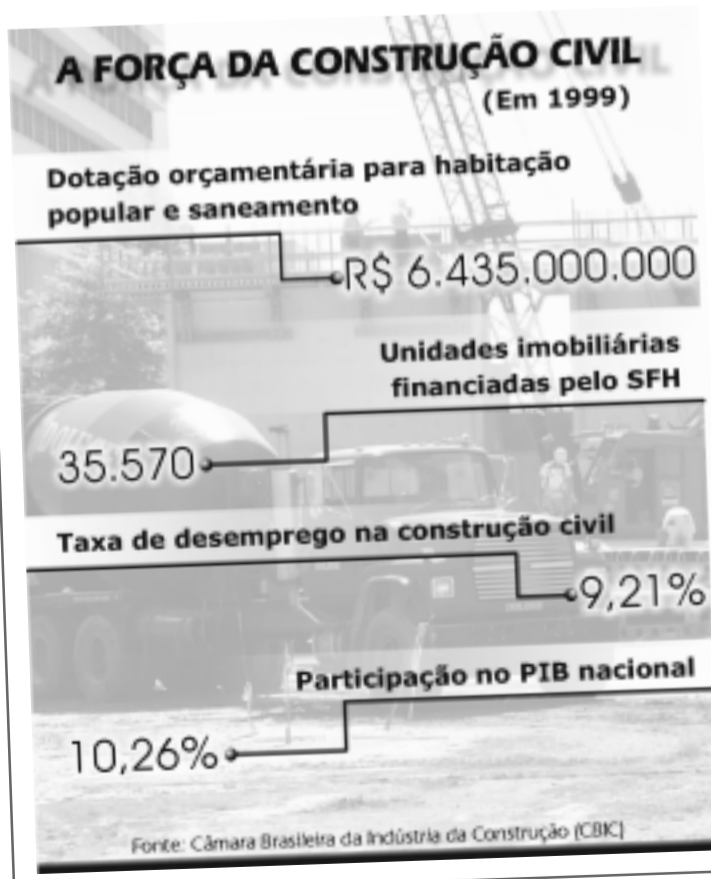
Moreira pede apoio para as cooperativas de crédito

PÁGINA 2

OSMAR PROPÕE QUE BNDES FINANCIE A CONSTRUÇÃO CIVIL

Projeto do senador Osmar Dias obriga o Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES) a destinar pelo menos 35% do seu orçamento anual ao financiamento da indústria da construção civil.

PÁGINA 4



Relator não acredita na aprovação da contribuição dos inativos neste ano

Para Amir Lando, foi um "absurdo" o governo ter incluído no Orçamento a previsão de arrecadar R\$ 1,4 bilhão com essa receita

O Congresso dificilmente aprovará neste ano a contribuição previdenciária dos aposentados e pensionistas do serviço público federal, prevista no Orçamento de 2001, diz o relator-geral, sena-

dor Amir Lando. O senador Renan Calheiros também sugere mudanças no texto enviado pelo governo para melhorar o mínimo e os salários do funcionalismo.

PÁGINA 6



Nabor Júnior

Nabor sugere norma para gerir excedentes orçamentários

PÁGINA 8



Lúcio Alcântara

Alcântara apóia redução de encargos para agricultores

PÁGINA 5



Carlos Patrocínio

Patrocínio cobra maior controle sobre a região amazônica

PÁGINA 5

SENADO FAZ CONVÊNIO COM UNIVERSIDADE CATÓLICA PARA PERMITIR ESTÁGIO

PÁGINA 7

O diretor-geral do Senado, Agaciel Maia (C), presidiu a solenidade de assinatura



Médico fala sobre padrão alimentar do brasileiro

Em entrevista que a TV Senado reprisará hoje, o médico Eduardo Gomes diz que é muito baixa a qualidade dos alimentos consumidos no país e defende o uso de vitaminas para mudar a atual situação.

PÁGINA 7

Moreira Mendes cobra apoio às cooperativas de crédito popular

Senador lamenta que essas organizações, que contribuem para o desenvolvimento do Canadá, Alemanha e Itália, tenham sido reduzidas de 1,5 mil para apenas 13, atualmente

A falta de crédito popular é a principal razão da inconsistência do desenvolvimento brasileiro, apontou o senador Moreira Mendes (PFL-RO). Para ele, essa é a pior limitação que se interpõe entre o empreendedor brasileiro, em especial o de pequeno porte, e a realização de seus projetos. Moreira Mendes lembrou que o princípio básico do capitalismo é a relação entre empreendedores e banqueiros, cada um assumindo os riscos inerentes a sua respectiva atividade.

— Capitalismo sem riscos, com banqueiros que guardam seus recursos para a especulação, sem voltá-los para a atividade produtiva, não é capitalismo; é cassino — afirmou.

O Brasil, opinou o senador, é o paraíso dos especuladores, que, com dinheiro parado e improdutivo, girando na ciranda dos juros



Moreira Mendes aponta contra-senso em resolução do Banco Central

estratosféricos, obtêm lucros fabulosos sem incorrer em riscos, sem aumentar a produção e sem criar empregos. “Onde fica o prêmio à audácia, à iniciativa bem-sucedida que constitui o funda-

mento moral do capitalismo?”, questiona.

Moreira Mendes defende o apoio às cooperativas de crédito popular, que representaram instrumento relevante no desenvol-

vimento da Alemanha, Itália e Canadá. No Brasil, a primeira cooperativa desse tipo foi fundada em 1902, e cinquenta anos depois já somavam 1.500. “Mas, a partir do golpe militar de 1964 e a criação do Banco Central, o sistema cooperativo de crédito passou a sofrer dura perseguição, e, hoje, são apenas 13”, lamenta. Na avaliação do senador, governo e sociedade devem apoiar iniciativas que facilitem a criação de pequenos empreendimentos que gerem emprego e renda.

— Para prosperar, eles precisam de crédito popular, a juros baixos. O Banco Central, no entanto, em sua Resolução 2.771, proibiu a criação de novas cooperativas de crédito e autorizou estabelecimentos comerciais a executarem operações financeiras, o que é um contra-senso — argumenta.

Bezerra quer Procuradoria da República em municípios para acelerar processos

Projeto de lei que prevê a criação de procuradorias da República em municípios, aprovado pela Câmara dos Deputados, precisa ser analisado com atenção e celeridade pelo Senado, afirmou o senador Carlos Bezerra (PMDB-MT). Pelo projeto, as procuradorias seriam criadas em municípios que tenham um número de causas que as justifiquem. O senador explicou que o crescimento de demanda por prestação jurisdicional na Justiça Federal impõe ao Ministério Público Federal a descentralização de seus órgãos.

— A cada Vara Federal implantada em município de médio ou grande porte deveria corresponder uma representação descentralizada da Procuradoria da República, na mesma cidade, buscando a integração dos papéis que cabem a essas instituições da Justiça — afirmou o senador.

Bezerra defendeu para o Ministério Público tratamento isonômico com o Poder Judiciário, cuja legislação permite-lhe a criação de varas federais em municípios, quando se fizerem necessárias. O senador disse que o projeto de lei prevê a criação de procuradorias



Bezerra: unidades da Procuradoria da República não deveriam ficar apenas nas capitais

em dez municípios já determinados, a permissão para a criação de mais 20 procuradorias sem localidade especificada e a reestruturação de outras 14.

O acúmulo de processos na Justiça Federal, nos quais é exigida a audiência do Ministério Público,

alertou Bezerra, é “assustador” e o descumprimento de prazos de manifestação pelos procuradores não é causado por “descaso funcional”, mas por demanda de uma carga de trabalho incompatível com o quadro de servidores da instituição.

RETIFICAÇÃO

Na matéria intitulada *Senado aprova mais cargos no Ministério Público*, veiculada dia 13 pela Agência Senado e publicada na edição do dia 14 pelo *Jornal do Senado*, a quantidade correta de cargos a serem criados é de 304 e não 340, como foi noticiado. Os novos cargos de procurador da República serão providos por concurso público e foram criados a partir de proposta do próprio Ministério Público. O objetivo é estabelecer igualdade entre o número de procuradores e o de juízes federais.

Brasil 500



AGENDA

SEGUNDA-FEIRA, 18 DE SETEMBRO DE 2000

PLENÁRIO

14h30h — Sessão não deliberativa

PREVISÃO

PLENÁRIO

Terça-feira
14h30 — Sessão não deliberativa

Quarta-feira
14h30 — Sessão não deliberativa

Quinta-feira
10h — Sessão não deliberativa

Sexta-feira
9h — Sessão não deliberativa

ESPECIAL

Quarta-feira
12h — *Cultura ao Meio-Dia*
Filme: *Vovô...zona*, de Raja Gosnell. Auditório Petrólio Portella

JORNAL DO SENADO www.senado.gov.br - E-mail: jornal@senado.gov.br - tel.: 0800 612211 - fax: (61) 311 3137

MESA DO SENADO FEDERAL

Presidente: Antonio Carlos Magalhães
1º Vice-Presidente: Geraldo Melo
2º Vice-Presidente: Ademir Andrade
1º Secretário: Ronaldo Cunha Lima
2º Secretário: Carlos Patrocínio
3º Secretário: Nabor Júnior
4º Secretário: Casildo Maldaner
Suplentes de Secretário: Eduardo Suplicy - Lúdio Coelho
Jonas Pinheiro - Marluce Pinto

Diretor-Geral do Senado: Agaciel da Silva Maia
Secretário-Geral da Mesa: Raimundo Carreiro Silva
Diretor da Sec. de Comunicação Social: Fernando Cesar Mesquita (61) 311-3211
Diretor de Divulgação e Integração: Helival Rios (61) 311-1150
Diretor do Jornal do Senado: José do Carmo Andrade (61) 311-3170
Diretor da Agência Senado: Flávio de Mattos (61) 311-3327
Editor-Chefe: Edson de Almeida
Editores: Djalba Lima, Eduardo Leão, João Carlos Ferreira da Silva, Sylvio Costa e Sylvio Guedes
Diagramação: Sergio Luiz, Wesley Bezerra de Carvalho e Osmar Miranda
Revisão: Lindolfo do Amaral Almeida, Maria das Graças Aureliano e Miquéias Dantas de Moraes
Fotos: Célio Azevedo, Márcia Kalume, Waldemir Rodrigues, Roosevelt Pinheiro, Roque Sá, José Cruz e Jane Araújo
Arte: Cirilo Quartim

O noticiário do *Jornal do Senado* é produzido pela equipe de jornalistas da Subsecretaria Agência Senado

Endereço: Praça dos Três Poderes
Ed. Anexo I do Senado Federal,
20º andar
Brasília - DF - 70165-920

Impresso pela
Secretaria Especial
de Editoração e
Publicações

Projeto de Pontes limita contratações especiais

Senador pretende evitar que mecanismos de flexibilização das relações de emprego, criados para elevar o número de vagas, sejam utilizados para prejudicar determinados profissionais ou trabalhadores em idades específicas

Com o objetivo de evitar distorções no mercado de trabalho, o senador Luiz Pontes (PSDB-CE) apresentou projeto determinando medidas para limitar a contratação de trabalhadores por mecanismos que flexibilizam as relações de emprego, como incentivos fiscais, financeiros ou sociais, que impliquem redução no custo de mão-de-obra. Essas medidas foram criadas sob o argumento de que, com a redução de encargos, podem melhorar o nível de emprego do país.



Pontes pretende prevenir possíveis abusos nos mecanismos de redução de encargos trabalhistas

O objetivo do projeto é evitar que o número de trabalhadores contratados com incentivos legais não ultrapasse o patamar de 25% do total de empregados de cada empresa. Caso não haja um limite, ele entende que pode ocorrer procura excessiva por determinados tipos de profissionais ou por trabalhadores em idade específica, o que acabaria prejudicando os demais.

— Embora reconheçamos a validade desses incentivos e a sua adoção providencial para o aumento do número de vagas nas empresas, dados os índices crescentes de desemprego, é importante que a utilização desses mecanismos não seja objeto de uso abusivo — argumenta.

O senador Eduardo Siqueira Campos (PFL-TO) entende que a

proposta de Luiz Pontes pode servir como mecanismo de prevenção a possíveis abusos. Porém, ele considera que não há dados que comprovem estar havendo distorções no mercado como consequência das medidas criadas para combater o desemprego.

— Se o fenômeno estiver ocorrendo em dimensão significativa ou ocorrer nessa proporção, a limitação percentual é válida. Se isso não estiver ocorrendo, ela seria inócua ou prejudicial aos objetivos da legislação em vigor — pondera Eduardo Siqueira Campos, relator da matéria na Comissão de Assuntos Sociais (CAS).

Assim, o relator da proposta, que tramita na CAS em caráter terminativo, sugere que a medida seja restringida a empresas de médio e grande portes e que o

PARA DIMINUIR OS CUSTOS		
Medidas aprovadas ou em tramitação que instituem mecanismos para redução do custo de mão-de-obra		
Proposta	Objetivo	Autor
Lei nº 9.601/98	Define regras para o contrato por prazo determinado	Executivo
MP nº 1.879-15	Dispõe sobre a suspensão temporária do contrato de trabalho	Executivo
PLS nº 142/95	Institui o Programa de Estímulo ao Primeiro Emprego (Pepe)	Senador Osmar Dias (PSDB-PR)
PLS nº 502/99	Institui estímulos ao primeiro emprego	Senador Paulo Hartung (PPS-ES)
PL nº 67/99	Institui o Programa Nacional do Primeiro Emprego (para jovens entre 15 e 21 anos)	Deputada Iara Bernardi (PT-SP)
PL 2.074/96	Incentiva a contratação de empregados com mais de 50 anos	Deputado Lima Netto
PLC nº 77/97	Institui programa especial do trabalho educativo	Deputado Alexandre Ceranto
PLS nº 169/99	Estímulo ao primeiro emprego e ao emprego após os 40 anos de idade	Senador Antero Paes de Barros (PSDB-MT)

percentual seja definido não em lei, mas por ato do Ministério do Trabalho.

A senadora Heloísa Helena (PT-AL) vê méritos na proposta por procurar resguardar o trabalhador, “vítima das perversas políticas econômicas geradoras de desemprego”. Todavia, ela acredita que o limite deve ser imposto somente a empresas que implantarem um programa de participação dos trabalhadores nos lucros da empresa. Para isso, a senadora apresentou voto em separado acrescentando uma emenda ao substitutivo oferecido por Eduardo Siqueira Campos. A CAS deve deliberar sobre o assunto após as eleições de outubro.

Maria do Carmo propõe licença para mães adotivas

A senadora Maria do Carmo Alves (PFL-SE) disse, em discurso, que apresentou proposta de emenda constitucional estabelecendo a extensão da licença-maternidade às mães adotivas, porque o inciso constitucional que trata do assunto restringe a licença apenas para a mãe biológica.

Segunda a senadora, a Constituição estabelece como garantia fundamental a igualdade, sem distinção de qualquer natureza, e por esse motivo deve garantir aos filhos adotados os mesmos direitos dos filhos biológicos. “Não há como manter essa dupla discriminação que atinge mãe e filho”, observou.

A senadora informou que, recentemente, a Primeira Turma do Supremo Tribunal Federal anulou, por unanimidade, decisão da Justiça do

Trabalho do Rio Grande do Sul, que havia estendido o benefício às mães adotivas. Essa questão, acrescentou, vem suscitando polêmica nos diversos tribunais do país, às vezes chegando a haver duas decisões distintas em um mesmo fórum.

A criança recém-nascida — biológica ou adotada — merece cuidados especiais, “pois é a época em que a presença materna se faz mais necessária”, frisou a senadora. A forma pela qual o recém-nascido é recebido nos primeiros dias de vida influenciará a formação de sua personalidade e o estabelecimento de todas as suas futuras relações afetivas, acrescentou.

Conforme Maria do Carmo, só a mudança constitucional será capaz de dirimir as dúvidas geradas por essa questão na Justiça.

“Não há como manter essa dupla discriminação que atinge mãe e filho”, afirma a senadora sobre os casos de adoção

CCJ examina proposta que regulamenta a gestão democrática do ensino público

A gestão democrática poderá ser implantada nos níveis fundamental e médio do ensino público a partir de projeto do deputado federal Ubiratan Aguiar (PSDB-CE), que está tramitando na Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ) do Senado. Com parecer favorável do senador Antonio Carlos Valadares (PSB-SE), o projeto, que regulamenta inciso constitucional, determina a participação de representantes da direção escolar, dos corpos docente e discente e da comunidade local nas decisões de planejamento, avaliação e implementação das ações das escolas.

Na proposta, o deputado esclarece que a gestão democrática pressupõe a existência de órgãos colegiados no processo decisório

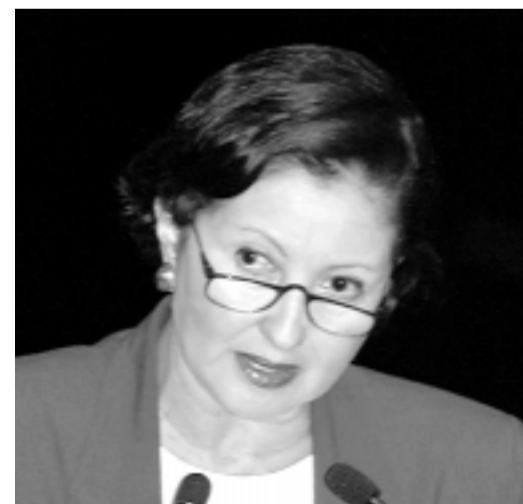


Como relator, Antonio Carlos Valadares deu parecer pela constitucionalidade do projeto

ou de assessoramento, o acesso da comunidade às informações sobre os processos internos de ensino e a participação na escolha dos dirigentes, de acordo com o disposto nos estatutos e regimentos escolares. O projeto de-

termina ainda a formação de um conselho administrativo e pedagógico em cada unidade escolar para assegurar a gestão democrática do ensino público.

O conselho deverá ser integrado por representante da direção escolar, dos corpos docente e discente, de pais de alunos e da comunidade local. A representação estudantil será composta por alunos maiores de 16 anos e que estejam cursando, no mínimo, a quinta série do ensino fundamental. Estipula o prazo de 120 dias para a regulamentação da lei em que se converter, se aprovado. Em seu voto como relator na CCJ, Antonio Carlos Valadares optou pela aprovação da matéria por julgar pela constitucionalidade e juridicidade do projeto.



Maria do Carmo afirma que decisões da Justiça são divergentes sobre o auxílio-maternidade para mães adotivas

Projeto de Osmar garante recursos para a habitação

Conforme a proposta a ser analisada pela CAE, 35% do orçamento do BNDES será destinado ao financiamento da indústria da construção civil

Sete meses depois de o Congresso Nacional promulgar emenda à Constituição do senador licenciado Mauro Miranda que incluiu a moradia entre os direitos sociais dos brasileiros, o senador Osmar Dias (PSDB-PR) apresentou projeto de lei destinado a colocar em prática o novo dispositivo constitucional. De acordo com a proposta, pelo menos 35% do orçamento anual do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES) deverá ser destinado ao financiamento da indústria da construção civil.

— Após essa Casa ter inscrito entre os direitos constitucionais o direito à habitação, mais do que nunca faz-se necessário que se



Osmar Dias pretende colocar em prática o dispositivo constitucional que inclui a moradia entre os direitos sociais dos brasileiros

consiga mobilizar recursos para que esse direito não fique somente como um direito meramente formal, mas transforme-se em realidade — afirma Osmar Dias na justificativa do projeto, que será analisado em caráter terminativo

pela Comissão de Assuntos Econômicos (CAE).

Os recursos destinados à indústria de construção pelo BNDES, de acordo com o projeto, serão encaminhados prioritariamente à habitação. Dessa forma, acredita Osmar Dias, o banco poderá participar do que classifica como esforço coletivo para que se possa generalizar o acesso à habitação no Brasil. “Não podemos esquecer o fato de que o incentivo à habitação constitui-se em um dos maiores instrumentos de ampliação do nível de emprego”, afirma o senador.

O projeto de Osmar Dias busca ainda tornar obrigatória a aplicação de ao menos 85% dos recursos disponíveis do BNDES no financiamento de empresas de capital nacional. O Ministério da Fazenda, segundo a proposta, ficará encarregado de dar publicidade às operações do banco, para tornar possível o acompanhamento pela sociedade da aplicação do dispositivo, caso o projeto seja convertido em lei.

Cipa poderá ter representantes de empresas e funcionários terceirizados

A Comissão de Assuntos Sociais (CAS) deve examinar, em caráter terminativo, projeto da senadora Marina Silva (PT-AC) que propõe uma nova composição para as comissões internas de prevenção de acidentes (Cipa). Além da participação patronal e dos empregados, o grupo pode passar a contar com representantes de firmas e funcionários terceirizados que operam na empresa contratante de seus serviços.

A proposta altera o artigo 164 da Consolidação das Leis do Trabalho (CLT) e está sendo relatada na CAS pelo senador Moreira Mendes (PFL-RO). A iniciativa de Marina Silva visa preservar a Cipa e adequar seus quadros às contínuas alterações no perfil das empresas, que aderem cada vez mais à terceirização de diversas atividades, afirma a senadora.

A mudança na estrutura empresarial, segundo Marina, vem



Marina Silva é autora do projeto que muda a composição das comissões de prevenção de acidentes

dificultando a atuação da Cipa no acompanhamento das condições de trabalho, do nível de acidentes e das doenças profissionais. “Isso acaba atrapalhando e até impedindo a tomada de decisões adequadas de prevenção de acidentes e doenças, tanto por parte dos sindicatos quanto por parte dos órgãos governamentais”, diz.

Ao propor que prestadores de

serviço e firmas terceirizadas tenham assento na Cipa da empresa contratante, Marina Silva pretende reforçar a atuação do organismo e, assim, suprir deficiências na prevenção de acidentes em ambiente de trabalho. Na sua opinião, a medida vai dotar o trabalhador de mais um recurso para combater a crescente estatística de acidentes e doenças profissionais no país.



Iris Rezende destacou a lealdade e o espírito humanitário do deputado morto em acidente de carro

Iris lamenta morte do deputado estadual goiano José Luciano

A morte trágica em acidente automobilístico, aos 71 anos, do deputado estadual goiano José Luciano da Fonseca foi lamentada pelo senador Iris Rezende (PMDB-GO). José Luciano foi vereador por três mandatos e deputado estadual por dois, alcançando a unanimidade em Goiás como exemplo de político honesto, afirmou o senador.

Iris Rezende destacou a lealdade e o espírito humanitário do deputado, que “sempre foi fraterno e solidário com os mais humildes”. Professor de matemática, pedagogo e homem de grande religiosidade, segundo o senador, José Luciano participou ativamente da construção da Sociedade São Vicente de Paulo, “uma das mais belas obras sociais erguidas no Centro-Oeste brasileiro”, chegando à presidência do conselho metropolitano da entidade, cujo conselho

deliberativo teve também a sua participação. A organização mantém a Santa Casa de Misericórdia de Goiânia, instituição de saúde que “durante décadas vem socorrendo os mais simples e mais humildes, sempre amparando e protegendo os que nada têm, fazendo da solidariedade e do amor um gesto permanente que salva milhares de vidas”, afirmou Iris Rezende.

O senador citou artigo publicado no jornal goiano *Diário da Manhã* que se refere a José Luciano da Fonseca como “apóstolo da discipulação” numa “época de propagação dos escândalos” e destaca a honestidade do político como “novidade numa temporada de corrupções”. O senador disse que José Luciano deve servir de exemplo para toda uma geração “que já não mais suporta conviver com as falcatruas e as mazelas dos governantes”.

Conecte-se ao Senado em Tempo Real

Acompanhe as atividades do Senado, no momento em que estão acontecendo.

Subsistema de Projetos Especiais - NCSM

www.senado.gov.br

Alcântara apóia limitação de encargos do crédito rural

Senador dá parecer favorável a projeto de Luiz Pontes que estabelece, para as áreas de atuação da Sudam e da Sudene, juros e atualizações monetárias inferiores aos adotados nas demais regiões

Na condição de relator, o senador Lúcio Alcântara (PSDB-CE) defendeu a aprovação de projeto que visa a reduzir as desigualdades regionais no país, por meio da limitação de encargos que os produtores rurais do Norte e Nordeste deverão pagar pelos financiamentos contratados para tocar seus negócios. A proposta, de autoria do senador Luiz Pontes (PSDB-CE), estabelece que os juros e as atualizações monetárias nos créditos rurais destinados a empreendimentos localizados nas áreas de atuação da Sudam e da Sudene não excederão os seguintes percentuais das taxas e índices vigentes nas demais regiões do país, de acordo com a cate-



Lúcio Alcântara, relator na CCJ, apresentou apenas uma emenda ao projeto

goria de beneficiários: miniprodutor e pequeno produtor, 40%; médio produtor, 60%; e grande produtor, 80%.

O relator analisou a correção constitucional e jurídica da maté-

ria na Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania a pedido da Comissão de Assuntos Econômicos, para onde o projeto voltará para apreciação terminativa. Alcântara apresentou apenas uma emenda

ajustando os termos legislativos da proposta. Em seu voto, ele destacou os argumentos do autor quanto à necessidade de criação de mecanismos que possam compensar as diferenças entre os produtores do Sul e Sudeste e os das regiões Norte e Nordeste.

Na defesa do seu projeto, Luiz Pontes afirma que atualmente "há graves diferenciações de produtividade das explorações agropecuárias, em função da localização dos empreendimentos, verificando-se, por isso mesmo, que as taxas de retorno são muito menores nas áreas da Sudam e da Sudene".

O autor da matéria também observa que as próprias autoridades monetárias reconhecem a neces-

sidade dessa diferenciação, tanto que por muitos anos adotaram taxas de juros e índices de correção monetária em escalas mais reduzidas, quando se tratava de alocação de recursos em municípios daquelas regiões. No entanto, lamenta Luiz Pontes, tais critérios não foram mantidos, e os encargos passaram a ser uniformizados em todo o território nacional.

O senador acrescenta que essa uniformização tem impactos negativos no Norte e Nordeste, "retardando perversamente" seu desenvolvimento, pela impossibilidade de conciliar as despesas dos financiamentos com o potencial de geração de receitas nas atividades agrícolas e pecuárias.

Torres quer melhorar projeto de transposição de águas

O senador Clodoaldo Torres (PTB-PE) pediu o aperfeiçoamento do projeto sobre a transposição de águas do rio São Francisco e disse que ainda há muitas questões a esclarecer sobre a matéria. Segundo ele, falta responder qual quantidade de água irá para o consumo humano e animal, assim como quanto será des-



Clodoaldo Torres defende a revitalização do rio São Francisco

Sergipe. Ele citou dados da Câmara dos Deputados que apontam um custo de R\$ 2,8 bilhões para a transposição do rio e de R\$ 1,2 bilhão para sua revitalização, nos próximos quatro anos.

— Vê-se que o governo está mais interessado em criar fatos políticos do que em preservar o rio,

medida indispensável para um programa consistente de desvio das águas — afirmou, lembrando que projetos de irrigação como o Jaíba, a adutora do Oeste e o Salitre, todos na bacia do São Francisco, estão praticamente parados.

O senador arrolou outras indagações, como a falta de definição sobre quem irá gerenciar o uso das águas e os responsáveis pela execução e manutenção das obras. Ele quer saber ainda as salvaguardas a serem adotadas contra especuladores e grileiros. Para Clodoaldo Torres, o primeiro projeto, elaborado entre 1982 e 1985, "teve inspiração eleitoreira e foi promovido por grandes empreiteiras e fabricantes de equipamentos", faltando-lhe consistência e fundamentação técnica. O segundo, elaborado entre 1993 e 1994, incorreu no mesmo erro, ignorando como seriam utilizadas as águas e como se evitaria a especulação e a "indústria" de indenizações.

Conforme Clodoaldo Torres, é preciso antes acabar com o assoreamento, que pode vir a impedir a navegação, e também evitar a penetração da "cunha salina", ocasionada pela redução da vazão na foz do rio, o que prejudicaria importantes projetos de irrigação em Alagoas e

Patrocínio manifesta preocupação com Amazônia e destaca importância do Sivam

O senador Carlos Patrocínio (PFL-TO) disse estar preocupado com o futuro da Amazônia. "A permeabilidade da fronteira norte brasileira ao narcotráfico e à pirataria científica é um dado da realidade inofismável", destacou o parlamentar, em discurso no qual saudou o trabalho desenvolvido pelo Projeto Sivam (Sistema de Vigilância da Amazônia). O senador também sugeriu ao governo divulgar amplamente a instalação dos equipamentos de vigilância na região, para neutralizar, segundo ele, "as capciosas alegações alienígenas quanto à pretensa incapacidade brasileira de bem zelar por seu patrimônio amazônico".

Para reforçar a presença militar na região, destacou o senador, as Forças Armadas estão transferindo tropas do Sul para a Amazônia. Batalhões gaúchos estão chegando a Tefé, no Amazonas, e Cruzeiro do Sul, no Acre. Essas unidades reforçam as quatro brigadas, com um total de 20 mil homens, que já estão na região. "Mas os militares sabem que o aumento do número de tropas sediadas na região não é suficiente, por si só, para garantir nossa soberania sobre essa parcela do território nacional", acrescentou.

Concebido não apenas para vigiar as fronteiras, mas também para combater o narcotráfico e o desmatamento criminoso na região Norte, o sistema já tem dois locais prontos para receber os



Patrocínio: Sivam representará "uma presença muito mais forte" do governo na Amazônia

equipamentos importados dos Estados Unidos (Jacareacanga, no Pará, e Manicoré, no Amazonas) e um terceiro, situado na reserva Tiriós, na fronteira com o Suriname, em fase de conclusão. Com seus sensores, radares e satélites, conclui Carlos Patrocínio, o Sivam representará uma "presença muito mais forte do governo federal em todo o espaço amazônico".

Patrocínio concorda com o raciocínio dos comandantes militares brasileiros, no entendimento de que é necessário ocupar efetivamente a região. A revitalização do Projeto Calha Norte viria contribuir para isso, entende o parlamentar, que destacou informação do general Alberto Cardoso, ministro-chefe do Gabinete de Segurança Institucional, dando conta de que essa reativação já tem "decisão favorável de governo". O projeto desenvolve também ações nas áreas de educação, saúde e assistência social.

— Os militares desejam também

implantar na selva pequenas centrais de energia elétrica e centros de telecomunicações, construir estradas e instalar postos de fiscalização aduaneira e policiais nos rios da região; eles estão conscientes de que não apenas a presença de tropas é insuficiente, como também o é a própria presença do Estado, pois é necessário um plano de desenvolvimento regional para criar uma base econômica local — explicou o senador pelo Tocantins.

Dentro desse conjunto de medidas para reforçar o controle nacional sobre a região amazônica, Patrocínio aponta a divulgação das etapas de implantação do Sivam como uma real contribuição. "Na verdade, integrantes de nossas Forças Armadas começam a estranhar a pouca divulgação do governo sobre o Sivam, na medida em que esse silêncio governamental não guarda coerência com o adiantamento do processo de instalação do sistema", frisou.

Lando: contribuição de aposentado não sai neste ano

Segundo o relator-geral do Orçamento, são remotas as possibilidades de o Congresso aprovar a taxação sobre os rendimentos dos inativos do serviço público federal, com a qual o Executivo espera arrecadar R\$ 1,4 bilhão em 2001



Ademir Andrade quer saber onde e como foram aplicados os recursos do FAT nos últimos cinco anos

Ademir pede informações sobre uso de verbas do FAT

Preocupado com denúncias de irregularidades na aplicação dos recursos do Fundo de Amparo ao Trabalhador (FAT), o senador Ademir Andrade (PSB-PA) encaminhou requerimento em que pede informações ao ministro do Trabalho, Francisco Dornelles. Ele quer saber, entre outras coisas, qual foi a aplicação dos recursos do FAT nos últimos cinco anos, por ano, estado e região geográfica, além das diretrizes que norteiam essas aplicações para combate ao desemprego.

Em sua justificativa, Ademir explica que as denúncias têm se fixado, principalmente, na aplicação de recursos através do Programa de Qualificação Profissional (Planfor). "Essas denúncias, além de estarem sendo confirmadas pela Justiça e pelas investigações do próprio governo, geraram uma auditoria que foi realizada pelo Tribunal de Contas da União nos primeiros meses desse ano, que confirmam a existência de falhas na gestão do programa", disse o senador.

Entre os problemas detectados pelo TCU, Ademir destacou a desvinculação do Planfor do Sistema Nacional de Emprego e a ocorrência de distorção na distribuição dos recursos destinados aos planos estaduais de qualificação, como a concentração na utilização dos recursos em alguns estados. O senador lembrou ainda que o Banco Nacional do Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES) tem no FAT a sua principal fonte financiadora.

O relator-geral do Orçamento de 2001 no Congresso, senador Amir Lando (PMDB-RO), considera "um absurdo" o governo contar com a arrecadação de R\$ 1,4 bilhão da contribuição previdenciária dos aposentados e pensionistas do serviço público federal, como previsto no projeto orçamentário. Na sua avaliação, dificilmente o Congresso aprovará este ano a emenda da nova contribuição, pois se trata de uma mudança "muito polêmica".

Pela Lei de Diretrizes Orçamentárias que orientou a elaboração do Orçamento de 2001, uma receita condicionada como esta terá de ser cancelada se for instituída depois da votação do projeto orçamentário pelo Congresso. Neste ano, o Congresso deverá votar o Orçamento até 15 de dezembro, último dia de trabalho normal do Par-



Para o senador Amir Lando, é um "absurdo" o governo federal contar com a nova fonte de receita

lamento.

Na previsão orçamentária do ano que vem, o governo informa que R\$ 3,7 bilhões são receitas condicionadas. Além de R\$ 1,4 bilhão dos

aposentados, o governo conta com o aumento da CPMF de 0,30% para 0,38%, como prevê a emenda constitucional que cria o Fundo de Combate e Erradicação da Pobreza. O

aumento da CPMF daria uma receita de R\$ 2,1 bilhões em 2001. O mesmo fundo prevê uma cobrança adicional de 5 pontos percentuais de IPI sobre supérfluos, com arrecadação de R\$ 200 milhões.

O senador Amir Lando acha que, se o Orçamento aprovado pelo Congresso apresentar receitas realistas, e for mantido em 2,25% do PIB o superávit primário (sem pagamento de juros) das contas públicas, o governo "não terá como fugir da execução" do projeto orçamentário.

No Orçamento de 2000, o Congresso aumentou a previsão de arrecadação em cerca de R\$ 5 bilhões e o presidente da República acabou por fazer cortes nos gastos, argumentando que a reestimativa de receitas feita pelos parlamentares estava exagerada.



Calheiros acha que o Orçamento deve ser alterado para prever recursos que elevem o salário mínimo e os vencimentos do funcionalismo público

Calheiros defende mudanças para mínimo e funcionalismo

O senador Renan Calheiros (PMDB-AL) criticou a proposta do governo de um reajuste de 5,5% para o salário mínimo no próximo ano, conforme prevê o Orçamento de 2001, dizendo que a considera "uma provocação".

Calheiros também criticou a falta de previsão de aumento para os servidores públicos, como vem ocorrendo há seis anos. O senador entende que o Congresso deve propor mudanças em relação a esses dois pontos.

Renan Calheiros argumentou que a inflação medida pelos institutos não é a mesma do caixa do supermercado, dos postos de combustível e das tarifas públicas. "Com esses repiques inflacionários, a estimativa de apenas 5,5% de aumen-

to para o salário mínimo é uma brincadeira, desagradável, devo dizer", declarou o senador.

O senador disse estranhar que existam recursos para honrar contratos externos, "para obras faraônicas e bancos", mas não haja nenhuma margem de manobra para reajustar os salários dos funcionários públicos.

—Os servidores públicos não podem mais ser tratados como incógnitas de uma expressão matemática fria, distante e cruel. A insensibilidade está provocando não somente a degradação do servidor, mas também está puindo irremediavelmente a máquina pública, que tem em seus funcionários sua melhor expressão — afirmou Renan Calheiros.

CAS debaterá prevenção contra vazamento de gás

A Comissão de Assuntos Sociais (CAS), conforme requerimento do senador Tião Viana (PT-AC) aprovado pela comissão no último dia 13, deverá realizar audiência pública com representantes da Associação Brasileira de Normas Técnicas (ABNT) e do Instituto Nacional de Metrologia, Normatização e Qualidade Industrial (Inmetro). A data da reunião ainda será marcada.

O objetivo da audiência é recolher subsídios para a discussão do projeto de lei do senador Leomar Quintanilha (PPB-TO) que torna obrigatória, em locais públicos determinados, a instalação de sensores e bloqueadores de vazamentos de gás. Tragédias como a do shopping center de Osasco (SP) e outros tantos incidentes decorrentes de vazamentos de gás demonstram, na opinião de Tião Viana, que a segurança da popu-

lação não pode prescindir da preocupação e da iniciativa do poder público.

O relator da matéria na CAS, Tião Viana, adiantou que apresentará emendas para ampliar o alcance da proposta original e estender a obrigatoriedade aos terminais de transporte e à própria rede pública de gás canalizado. Para ele, a audiência é importante devido ao assunto ter aspectos eminentemente técnicos que devem ser levados em conta pelos senadores. É importante, disse, evitar impropriedades que possam vir a comprometer a aplicação da lei.

Segundo o senador, também é preciso definir que penalidades serão aplicadas aos transgressores e a que entidade do poder público caberão a implementação, a normatização e a fiscalização da obrigatoriedade que se pretende criar.



Tião Viana propôs que representantes da ABNT e do Inmetro participem da audiência pública

Senado e Universidade Católica assinam convênio

A parceria com a instituição universitária de Brasília permitirá que estudantes das áreas de comunicação social, administração, odontologia, fisioterapia, economia e relações internacionais realizem estágio na Casa a partir de outubro



O diretor-geral do Senado, Agaciel Maia (E), reúne-se com representantes da UCB para assinar o convênio

O Senado Federal assinou sexta-feira convênio com a Universidade Católica de Brasília (UCB). Conforme a parceria, que irá vigorar a partir de 1º de outubro, os alunos da instituição universitária terão acesso aos estágios remunerados oferecidos pelo Senado nas áreas de comunicação social, administração, odontologia, fisioterapia, economia e relações internacionais.

De acordo com o pró-reitor de extensão da UCB, José Romualdo, a iniciativa representa uma resposta à “preocupação social da uni-

versidade, possibilitando aos alunos a continuidade dos estudos”. Ele considera o Senado um campo privilegiado para o crescimento profissional dos estudantes.

Para o diretor do Senado, Agaciel da Silva Maia, o convênio, que terá duração de cinco anos, é uma contribuição para a formação dos universitários.

— Com o estágio, os estudantes somarão o conhecimento científico à experiência prática de trabalhar no Senado Federal, a mais antiga instituição democrática do país — disse.

PROGRAMAÇÃO



TV SENADO

HOJE

6h30 — *Debate* — Sen. Edison Lobão e o min. Paulo Costa Leite, presidente do STJ, falam sobre a reforma do Judiciário
7h30 — *Entrevista Especial*: O médico Eduardo Gomes fala sobre como envelhecer com saúde
8h30 — *TV Escala* — 500 Anos: O Brasil-Colônia na TV — Fausto e pobreza das minas
9h — Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (gravado)
11h — *Entrevista Especial* — O médico Eduardo Gomes fala sobre como envelhecer com saúde
12h — *Especial* — Juscelino Kubitschek
12h30 — *Revista Brasília*
13h30 — *Debate* — Sen. Edison Lobão e o min. Paulo Costa Leite, presidente do STJ, falam sobre a reforma do Judiciário
14h30 — Sessão Plenária (vivo)
18h30 — *Revista Brasília*
19h30 — *Debate* — Sen. Edison Lobão e o min. Paulo Costa Leite, presidente do STJ, falam sobre a reforma do Judiciário

20h30 — *Entrevista* — O cientista Marcelo Gleiser fala sobre o avanço da ciência e da cidadania
21h — *Jornal do Senado*
21h30 — Sessão Plenária (reapresentação)
Logo após — *Revista Brasília*

RÁDIO SENADO

HOJE

8h — *Agenda Senado*
Em seguida — Música e informação
14h30 — Sessão Plenária do Senado (vivo)
Em seguida — Música e informação
19h — *A Voz do Brasil*
Em seguida — Música e informação
20h30 — *Senado em Linha Direta* — Edição Nordeste
Em seguida — Música e informação
21h — *Senado em Linha Direta* — Edição Norte/Centro-Oeste
Em seguida — Música e informação
21h30 — *Senado em Linha Direta* — Edição Sul/Sudeste
Em seguida — Música e informação
0h — Sessão Plenária do Senado (reprise)
Em seguida — Música e informação

A programação da TV Senado e da Rádio Senado pode ser retransmitida por qualquer emissora do país, sem ônus e sem autorização formal

Médico defende uso de vitaminas para melhorar alimentação dos brasileiros

O especialista em medicina ortomolecular Eduardo Gomes disse que a baixa qualidade dos alimentos consumidos no Brasil impõe ao povo brasileiro a condição de sub-raça. Para mudar esse quadro, ele está oferecendo duas sugestões às autoridades: o estímulo ao consumo de vitaminas e compostos hormonais e a correção do solo, para que os alimentos contem-

tenham a quantidade adequada de sais minerais. Em entrevista concedida ao jornalista Fernando Cesar Mesquita, diretor da Secretaria de Comunicação Social do Senado, Gomes expressou a convicção de que os brasileiros ainda não atingiram o grau de força física e inteligência necessário ao desenvolvimento do país. Esse baixo rendimento se explicaria pela carência de nutrientes, segundo o médico. A entrevista foi levada ao ar pela TV Senado no fim de semana, e será reprisada hoje, a partir das 11h ou 11h30, dependendo da transmissão das atividades do Senado.

— O surgimento de gênios como Pelé é um milagre — afirmou Gomes, que é geriatra de formação. Após mostrar-se desanimado com o presidente Fernando Henrique Cardoso, por não valorizar a idéia de um amplo programa de correção do solo, Eduardo Gomes fez apelo direto aos senadores.

Ele disse acreditar que o Sena-



O médico ortomolecular Eduardo Gomes (D) foi entrevistado pelo jornalista Fernando Cesar Mesquita

do tem poder para mudar essa situação, seguindo os passos das políticas de recomposição mineral adotadas em 1934 pelo governo norte-americano. Segundo afirmou, a partir daquele momento os Estados Unidos teriam reunido as condições para tornar-se a potência atual, abrigando uma “super-raça”, da qual os atletas do basquete profissional seriam um exemplo.

Eduardo Gomes disse aos telespectadores da TV Senado que a correção do solo é uma solução relativamente simples, e até deu o nome de quem tem a receita: o empresário do setor agroindustrial Olacir de Moraes. Quanto ao consumo de vitaminas e compostos hormonais, a saída seria o governo facilitar a entrada de produtos estrangeiros no país, uma vez que, em muitos casos, os nacionais não atenderiam aos requisitos de qualidade. Ele afirmou que os órgãos de saúde estão impondo restrições à importação de vita-

minas e compostos minerais, observando que nos Estados Unidos esses produtos são vendidos nos supermercados.

Gomes foi questionado por Mesquita acerca da desconfiança da medicina tradicional em relação ao tratamento ortomolecular, que se apóia na pesquisa da presença de metais pesados no organismo. Ele respondeu que se trata de “ignorância” e compromisso com a indústria farmacêutica, que chamou de “indústria da doença”. A base científica do tratamento teria origem nas descobertas do Prêmio Nobel Linus Pauling e nas pesquisas de associações médicas norte-americanas.

Na entrevista, Gomes falou ainda sobre as novidades na terapia de vários distúrbios e nos exames para a detecção de metais pesados. Comentou também as conclusões de pesquisas sobre a ingestão noturna de carboidratos, além da influência do sono na produção do hormônio do crescimento.



COMO SINTONIZAR

TV SENADO

Informações de recepção de sinal para usuários de antena parabólica:

- Satélite - B1
- Transponder - 1 BE (Banda Estendida)
- Polarização: Vertical
- Frequência RX (Banda - L) - 1505,75 hz
- Antena - 3,6 m LNB
- Receptor de Vídeo/Audio Digital NTSC MPEG2 DVB
- Symbol 3,2143MS-S
- SEC 3/4
- Fornecedor: COMSAT - Fone: 0800 - 155700

Informações para repetidoras e operadoras de TV a cabo:

- NET BsB - canal 7
- SKYNET - canal 30
- DirecTV - canal 163

RÁDIO SENADO FM

Informações para usuários do sistema Rádio/Sat Digital:

- Equipamentos necessários:
- Antena parabólica tipo TVRO (telada) de 2,85 m (mínimo) banda C
 - Receptor ABR 200, ComStream
 - LBN DRO ComStream
 - 60 metros (no máximo) de cabo coaxial RG-11, com conectores tipo F

Informações técnicas:

- Frequência de recepção: Banda L 1.465,600 Mhz
- Satélite: Brasilsat B2
- Polarização: Vertical (RX)
- Modo: Joint-Stereo
- Taxa: 128 Kbps-BPSK
- Programação ABR: CC, 1,11465600, 256000,0 FD 1,17,1,7

Nabor quer mudar Lei de Responsabilidade Fiscal

Senador apresenta projeto para corrigir o que considera uma lacuna na legislação aprovada pelo Congresso. Objetivo é evitar a manipulação das estimativas de receita que leve ao achatamento das dotações do Legislativo e do Judiciário

O senador Nabor Júnior (PMDB-AC) pretende corrigir lacuna na Lei de Responsabilidade Fiscal, aprovada este ano pelo Congresso Nacional, e com esse objetivo apresentou projeto de lei sexta-feira em Plenário. Segundo o projeto, sempre que a receita corrente líquida superar em mais de 10% o valor total da previsão estabelecida na Lei Orçamentária, o excedente será repassado para os Poderes Executivo, Legislativo, Judiciário e para o Ministério Público.

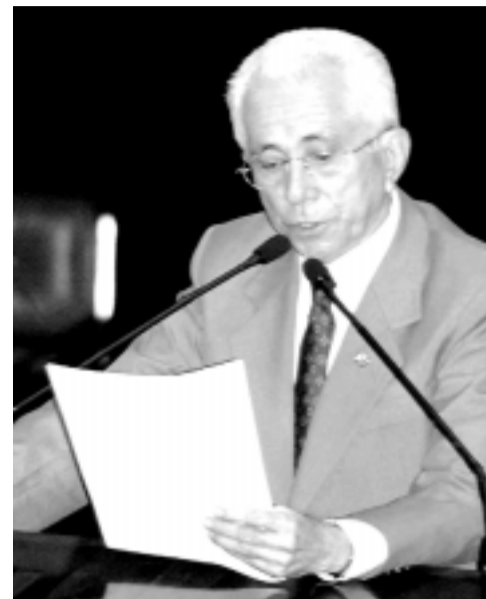
Tal dispositivo deverá corrigir o poder que o Executivo tem, com a atual redação da lei, de coordenar e fixar os montantes globais destinados ao Legislativo e ao Judiciário. "Hoje, o Legislativo recebe montantes globais que não po-

dem ser alterados e cujas rubricas são sujeitas a severas restrições acautelatórias", disse. Nabor Júnior explicou que no Acre houve denúncias sobre a ocorrência desse problema.

Ele relatou que no Acre o deputado estadual Luiz Calixto (PMN) afirmou que o Executivo local estaria obrigando o Legislativo, o Judiciário e o Ministério Público a "mendigar" dotações extras. Nabor Júnior leu dados publicados no jornal *A Gazeta*, segundo os quais no ano 2000 a estimativa de arrecadação do Acre é de R\$ 390 milhões, mas, até 28 de agosto, o governo estadual já tinha comprovado uma receita de R\$ 434 milhões. O excedente não deverá ser repassado para os ou-

tros poderes, levando em conta o que prevê a legislação atual.

O senador explicou que o orçamento anual a ser destinado aos poderes tem os montantes definidos em período anterior ao seu início, com dois valores distintos: a arrecadação é prevista e a receita é fixada. Isso impede qualquer alteração, a menos que haja lei específica nesse sentido. "Havendo manipulação das estimativas de receita por parte do Executivo, para menos do que seria realmente previsível, as cotas do Legislativo e do Judiciário estão sujeitas a um achatamento iníquo", disse. Tal situação quebra a autonomia administrativa e ética dos poderes, na opinião de Nabor.



Nabor Júnior cita problema que estaria ocorrendo no Acre para justificar apresentação do projeto de lei

Ribamar Fiquene elogia a gestão de Roseana Sarney no Maranhão

O senador Ribamar Fiquene (PMDB-MA) elogiou ontem o trabalho que a governadora do Maranhão, Roseana Sarney, vem realizando no estado. Ele afirmou que Roseana, uma "exímia administradora", conseguiu enxugar e tornou mais eficiente a máquina do estado, desempenhando uma "notável gestão" à frente do governo, tanto que seu nome desponta com 13% nas pesquisas de preferências do eleitorado para as próximas eleições presidenciais, colocando-a em terceiro lugar.

O parlamentar fez uma análise das realizações de Roseana Sarney nos últimos anos, destacando as iniciativas na área de educação. Segundo ele, 568 novas salas de aula foram criadas em 68 municípios, beneficiando 70 mil alunos. Também foram feitas reformas e melhoramentos em 740 escolas de 138 municípios, o que proporcionou aumento de 28% nas matrículas no ensino médio.

Na área da saúde, Ribamar Fiquene acentuou que os números são também expressivos. Nos últimos anos foram construídos 25 postos e reformados 27 hospitais de 41 municípios. A partir de 1991, informou, o número de agentes comunitários de saúde aumentou para 7.861, incrementando em 94% o atendimento de todo o estado. Ele destacou a implantação,



Para Ribamar Fiquene, Roseana Sarney realiza uma "notável gestão" no governo maranhense

em 217 municípios, do Programa de Saúde da Mulher, que inclui planejamento familiar e exame de HIV no pré-natal.

O senador maranhense apontou também as realizações de Roseana Sarney no campo de geração de empregos. Segundo ele, o Programa Primeiro Emprego envolveu 4.575 empresas, resultando na colocação de 9.040 jovens, que tiveram a oportunidade de fazer estágios profissionalizantes. Desse total, 6.381 concluíram os cursos e 2.116 foram contratados pelas empresas.

Na área de infra-estrutura, Ri-

bamar Fiquene salientou a ampliação dos sistemas de água potável no estado, que permitiu a ligação de 33 mil novas casas, a construção de 13.173 unidades habitacionais e o assentamento de 65.024 famílias na área rural. Houve ainda a ampliação de 1.670 km de redes de distribuição de energia elétrica, 1.128 km de linhas de transmissão e criação de 23 subestações, bem como a pavimentação, restauração e conservação de 3.156 km de rodovias e 810 km em vias urbanas de 198 municípios.

— Quero, assim, deixar registrados a minha admiração e o meu apreço pelo trabalho que a jovem governadora Roseana Sarney vem realizando em nosso estado. É com ele que a governadora honra a sua tradição familiar, de reconhecido valor na defesa dos mais altos interesses do povo maranhense. Sua sensibilidade para as coisas simples e para as causas fundamentais do nosso povo tem produzido resultados excelentes — afirmou Fiquene.

Jucá destaca iniciativa para conscientização de jovens sobre as drogas

O senador Romero Jucá (PSDB-RR) elogiou a iniciativa do Centro de Integração Empresa-Escola de São Paulo, que promove concurso para universitários sobre prevenção e combate ao consumo de drogas entre jovens. O concurso premiará projetos originais e científicos, elaborados por estudantes de terceiro grau de todo o país, com idéias sobre como evitar a atração dos entorpecentes sobre os jovens.

Jucá ressalta a participação das drogas no aumento da violência e seus efeitos nocivos sobre a população, notadamente os jovens. Ele defende a necessidade de a sociedade debater o problema, de maneira aberta e democrática. "Nada

melhor que a procura de alternativas comece pelo segmento de estudantes universitários, uma vez que são os jovens os mais prejudicados nessa questão", enfatiza Jucá.

Recentemente, lembra o senador, a Câmara dos Deputados aprovou lei proibindo a propaganda de bebidas alcoólicas e de cigarros, manifestando a coragem dos parlamentares de enfrentar o lobby dos fabricantes de bebida e de fumo. "Essa foi uma grande vitória no campo do combate às drogas lícitas que, no Brasil, matam ainda mais do que as ilícitas", sustenta o senador, salientando que a prevenção e a repressão das drogas ilícitas ainda são insuficientes.



Romero Jucá afirma que os jovens são "os mais prejudicados" na questão das drogas